

IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DO CULTIVO DE EUCALIPTO NA REPRODUÇÃO SOCIAL DOS CAMPONESES DO POVOADO LADEIRINHAS – Japoatã/Sergipe/Brasil.

José Edson Oliveira Siqueira¹
Núbia Dias dos Santos²
Jonas Emanuel da Rocha Antão³

Resumo

O cultivo do eucalipto, planta originária da Austrália, se inicia no estado de Sergipe, a partir do ano de 2010, quando começou a receber subsídio do Governo do Estado, com a implantação do Projeto de Reflorestamento de Eucalipto. Sua produção está inserida na região do Platô de Neópolis, onde se localiza a área de estudo – Ladeirinhas - Japoatã/SE. O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a produção de eucalipto e seus impactos socioambientais na comunidade de Ladeirinhas, no município de Japoatã, estado de Sergipe. A metodologia pauta-se na leitura e reflexão da bibliografia especializada, observação de campo e aplicação de formulários junto aos agricultores familiares rurais que vivem no entorno das plantações, no levantamento aereo fotográfico, e análise de dados. O eucalipto intensifica e fragiliza as condições de desenvolvimento das famílias camponesas as quais encontram na policultura aporte a sua sobrevivência. Alguns camponeses têm colocado suas terras à venda, por falta de incentivo e acesso ao crédito governamental e por não terem condições de concorrer com o agronegócio do eucalipto.

Palavras-chave: eucalipto, soberania, mandiocultura.

Introdução

O cultivo do eucalipto, planta originária da Austrália, se inicia no Brasil, a partir da década de 1960, com o intuito de estimular a prática da utilização da madeira reflorestada. Com aceitação rápida, pelos grandes investidores do setor madeireiro e de celulose, sua alta rentabilidade e utilização pelas grandes empresas fez com que o cultivo ocupasse e continue ocupando grandes extensões de terras, razão pela qual tem gerado intensos debates sobre seus impactos socioambientais.

O cultivo em larga escala tem sido alvo de acirradas discussões. De um lado, discute-se os efeitos que toda monocultura gera à biodiversidade e que no caso da eucaliptura tais danos são apresentados como mais intensos em vista das próprias características dessa árvore, e, de outro, considera-se os impactos sociais. Combina-se a monocultura desse cultivo

¹ Secretaria de Estado da Educação/SEED/SE - jeos.edson1@yahoo.com.br

² Universidade Federal de Sergipe/DGE - nubisantos85@gmail.com.br

³ Universidade Federal de Sergipe/DGE - Jonasemanuel96@hotmail.com

permanente e em larga extensão, com seu fácil manejo, o que implica na utilização de muita terra e pouca mão de obra. Contraditoriamente, tem-se como resultado a expropriação dos camponeses de suas terras para dar acesso ao avanço dessa monocultura e a elevação da taxa de desemprego nessas áreas, obrigando as famílias camponesas a procurarem outros territórios para se reproduzirem socialmente, enquanto há o fortalecimento do agronegócio.

No estado de Sergipe, a partir do ano de 2010, o cultivo de eucalipto começou a receber subsídio do Governo do Estado, com a implantação do Projeto de Reflorestamento de Eucalipto, em conjunto com as Secretarias de Desenvolvimento Econômico e da Agricultura. Sua produção está integrada ao Arranjo Produtivo Local (APL), na região do Platô de Neópolis, onde se localiza a área de estudo – Ladeirinhas-Japoatã/SE.

O incentivo a essa produção é justificado pela necessidade em suprir a demanda de lenha para os fornos das indústrias de cerâmicas, amenizando, assim, a carência de madeira, o que reduz os impactos que seriam advindos com o desmatamento de novas áreas de vegetação nativa. Contudo, o avanço da produção de eucalipto tem despertado críticas devido aos seus impactos ao meio ambiente nas áreas plantadas e circunvizinhas. O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a produção de eucalipto e seus impactos socioambientais na comunidade de Ladeirinhas no município de Japoatã, estado de Sergipe. Ladeirinhas está localizada na região do perímetro irrigado do Platô de Neópolis, projeto de modernização agrícola do Estado de Sergipe, elaborado para beneficiar as grandes empresas agrícolas monocultoras de cultivos para exportação e que tem entre seus proprietários agentes do capital do ramo automobilístico e imobiliário do Estado.

A metodologia pauta-se na leitura e reflexão da bibliografia especializada, observação de campo e aplicação de formulários junto aos agricultores familiares rurais que vivem no entorno das plantações, no levantamento aéreo fotográfico, e análise de dados. Ladeirinhas por estar circundada pelo perímetro irrigado do Platô de Neópolis tem vivido sob as deliberações e movimento gestado pelo setor empresarial agrícola, principalmente, no que se refere à demanda dos produtos e valores a eles agregados. Nos últimos anos sua dinâmica tem passado por transformações com o avanço e expansão do cultivo do eucalipto nos seus arredores e em algumas pequenas propriedades, onde se realizam, até então, os cultivos como mandioca, coco, milho, feijão, utilizados para autoconsumo e para os circuitos curtos de comercialização.

No que se refere aos impactos do plantio de eucalipto o problema dessa cultura está relacionado ao impacto hidrológico, ocasionando ressecamento do solo, em comparação a outras árvores de raízes grandes buscam águas em partes mais profundas do solo. Somados a esse fator tem-se a formação do “deserto verde”, inviabiliza a produção agrícola, principalmente quando se refere a pequenas comunidades rurais, detentoras de pequenas extensões de terras, que sofrem com a falta de postos de trabalhos como é o caso em tela.

Nesse sentido, para análise e compreensão dos impactos do eucalipto sobre as pequenas propriedades em Ladeirinhas, buscou-se a literatura especializada acerca dos efeitos dessa cultura e em loco. A pesquisa empírica se realizou mediante a localização dos plantios existentes na localidade, sua extensão e expansão na área e como esta influi na dinâmica socioespacial e ambiental da comunidade. A constatação do avanço da produção do eucalipto foi acompanhada pelos depoimentos dos camponeses e a declaração dos próprios entrevistados, produtores familiares, que se veem prejudicados com a proximidade da eucaliptura no entorno das suas áreas de plantio e de criação animal.

A expansão da área de plantio do eucalipto reduz de maneira direta as áreas destinadas para o cultivo de gêneros agrícolas. Os agricultores sofrem os impactos do plantio do eucalipto mesmo que não estejam diretamente envolvidos no cultivo dessa planta pelos efeitos alelopáticos da mesma sobre o solo e a plantação camponesa.

De acordo com entrevistados, e verificados na observação empírica, a captação de água dessa planta retarda o crescimento dos cultivos e da vegetação no seu entorno, trata-se dos cultivos para autoconsumo e de subsistência dos pequenos agricultores que residem nas proximidades dessas plantações. Da mesma forma se constata o mesmo processo de retração de desenvolvimento de outras plantas feita pelo acúmulo das folhas de eucalipto desprendidas das árvores. A questão é que os pequenos produtores não podem proibir o cultivo do eucalipto em propriedades que não lhes pertencem, assim como, não conseguem denunciar os prejuízos que essa plantação provoca na sua exígua área de terra, porque na lógica de produção do capital, os cultivos para alto consumo e/ou destinados aos circuitos curtos de comercialização, não devem competir com o agronegócio e as monoculturas.

Além do contexto exposto, é válido destacar que o solo arenoso e pouco fértil existente no município dificulta o pleno desenvolvimento das atividades agrícolas na região. Essa realidade impôs aos agricultores a necessidade de cultivar gêneros adaptados a esse tipo de solo, como é o caso do coqueiro, cultivado no município, principalmente, no Platô de

Neópolis. O eucalipto intensifica e fragiliza as condições de desenvolvimento das famílias camponesas as quais encontram na policultura a forma de se reproduzir, enquanto “homem da terra”. Alguns camponeses têm colocado suas terras à venda, por falta de incentivo e acesso ao crédito governamental e por não terem condições de concorrer com o avanço da produção do eucalipto mantida com o incentivo e o financiamento estatal.

No processo histórico, paradoxalmente, a persistência camponesa na área se dá, principalmente, pela mandiocultura, produto que deu suporte e fonte de renda para as famílias que foram para a área, a partir da década de 1980, com a distribuição de terras dentro do Programa de colonização do Estado de Sergipe. Nesse mesmo período tem-se a instalação da Escola Familiar Agrícola como aporte ao desenvolvimento local. A comunidade é mobilizada a partir de suas organizações sociais, buscam subsídios junto a órgãos públicos no intuito de atrair projetos visando o fortalecimento da agricultura camponesa e o desenvolvimento socioeconômico de Ladeirinhas.

As representações organizacionais da comunidade, na atualidade, têm encontrado dificuldades para firmar parcerias com os órgãos públicos responsáveis pela execução de políticas de desenvolvimento local, isso se dá, segundo eles, tanto pela falta de interesse estatal que acaba por beneficiar o agronegócio na região, particularmente, para o cultivo do eucalipto, quanto pelo processo de desmobilização política da comunidade que vive oprimida e procurando soluções para os problemas mais imediatos de sobrevivência no campo.

A Espacialização do Eucalipto na América Latina: a herança dos regimes militares

O cultivo do eucalipto, planta originária da Austrália, destaca-se no Brasil, a partir da década de 1960, com o intuito de estimular a prática da utilização da madeira reflorestada, sendo um setor provedor de receitas e estímulos ao capital desenvolvidos nos regimes militares na América Latina.

Devido aos altos investimentos estatais e a sua alta rentabilidade e utilização pelas grandes empresas, fez com que os grandes investidores do setor madeireiro e de celulose dessem apoio ao governo vigente. Esta aliança resultou na expansão do cultivo em grandes extensões de terras, razão pela qual tem gerado intensos debates sobre seus impactos socioambientais e socioeconômicos nas áreas onde tem se instalado (FONSECA; THOMAZ JÚNIOR, 2014).

A apropriação do território realizado pelas empresas de celulose e pelo eucalipto foi financiada pelos Estados Nacionais governados pelos regimes ditatoriais na América Latina. O exemplo é o Chile que expandiu a produção desta árvore reduzindo as áreas de produção alimentícias, além da destruição de ecossistemas do país (VIANA 2004).

No Brasil o setor da silvicultura desperta os interesses empresariais desde o início do século XX por meio da Companhia Paulista de Estradas de Ferro que utilizou-se da madeira para a produção das pontes e das estradas férreas. Porém, é na década de 1960 que o reflorestamento começa a receber incentivos do governo militar chegando ao investimento de US\$ de 2,7 bilhões de dólares (JESUS, 2016; VIANA, 2004; VITAL, 2007).

Para Silva e Sampaio (2014) a implantação da cultura do eucalipto no Brasil se fortalece a partir da década de 1980, dentro do processo de reestruturação produtiva ligado à nova lógica de produção flexível instaurado pelo capitalismo pós crise da década de 1970. Tal processo se deu com o enfraquecimento do modelo taylorista/fordista, dando margem ao surgimento de novos setores de produção. A nova configuração produtiva se intensificou na década de 1990 com a mundialização do capital, cujo mundo subdesenvolvido recebeu toda uma gama de mudanças do setor produtivo industrial capitalista.

Essa reestruturação mudou, fortemente, as novas relações do mercado de trabalho, com maior enfraquecimento do trabalhador perante o sistema mundial, ampliando, assim, a informalidade do trabalho e, conseqüentemente, as desigualdades econômicas e sociais.

A reestruturação permitiu a mundialização da economia, da informação, dos processos de produção, do comércio e do capital. A mais importante característica desse fenômeno de reestruturação é a produção flexível que reflete no aumento da produtividade e conseqüentemente na exploração do trabalhador, que sem ter outra opção se submete as condições impostas pelo capital. (SILVA e SAMPAIO, 2014, p. 3)

O destaque para a reestruturação produtiva é a modernização da agricultura que no Brasil se destacou por sua implementação nas grandes propriedades agrícolas, os latifúndios, cuja mecanização trouxe maior produtividade e, em contrapartida, maior subordinação do pequeno produtor ao mercado. O campo brasileiro passou a ser inserido ao circuito do capital mundial, privilegiando alguns produtos em detrimento de outros. A demanda de produtos agrícolas para exportação passou a ser o carro-chefe do setor agropecuário brasileiro.

A expansão da cultura do eucalipto está inserido neste contexto, cujo enredo faz parte desse processo de reestruturação produtiva, fragilizando as relações de produção dos

pequenos produtores agrícolas. Sua produção tem causado transtornos às pequenas comunidades camponesas que se inserem nas áreas de produção de eucalipto. São agricultores que buscam a todo momento novas estratégias de reprodução para se manter na terra e com ela, garantindo a sua sobrevivência a partir da produção agrícola.

Vale destacar que no final da década de 1980, com a saída dos militares do governo, as empresas começaram a arcar com os altos custos, somado com os juros, desestimulou a produção da planta, conseqüentemente, houve o decréscimo das áreas plantadas. Com o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, cujo BNDES retornou ao posto do maior investidor no setor da silvicultura, a plantação do eucalipto voltou a crescer (CERQUEIRA NETO, 2011; FONSECA; THOMAZ JÚNIOR, 2014; JESUS, 2016).

É evidente que a consolidação do setor silvicultor no Brasil somente foi possível devido aos investimentos do Estado, ou seja, foi empregado milhões de reais do povo brasileiro numa cultura que ocasiona impactos socioambientais, socioeconômicos, além de reduzir as áreas destinadas ao cultivo alimentício.

No estado de Sergipe, a partir do ano de 2010, o cultivo de eucalipto começou a receber subsídio do Governo do Estado, com a implantação do Projeto de Reflorestamento de Eucalipto, a partir da parceria das Secretarias de Desenvolvimento Econômico e da Agricultura. O eucalipto abastece as cerâmicas, sendo utilizada como combustível para o forno. A cerâmica recebe investimentos advindo da secretaria de desenvolvimento, pois integra o Arranjo Produtivo Local – APL (AGÊNCIA SERGIPE NOTÍCIAS, 2012⁴). A madeira é utilizada para acender os fornos para queimar o barro para a fabricação de tijolos, telhas, e para isto a lenha que era proveniente das matas é substituída pelo eucalipto.

O incentivo a essa produção é justificado pela necessidade em suprir a demanda de lenha para os fornos das indústrias de cerâmicas e, estima-se que essa produção, à princípio, reduz os impactos que seriam advindos com o desmatamento de novas áreas de vegetação nativa. Contudo, o avanço da produção de eucalipto tem despertado críticas devido aos seus impactos ao meio ambiente nas áreas plantadas e circunvizinhas.

Os Impactos da Monocultura de Eucalipto

⁴ Disponível em: <

http://www.agencia.se.gov.br/noticias/leitura/materia:28239/sergipe_e_1_no_uso_de_madeira_reflorestada.html
>. Acessado em: 22.08.2017.

O cultivo de monocultura ocasiona efeitos nocivos a biodiversidade e que no caso da eucaliptura tais danos são apresentados como mais intensos em vista das próprias características dessa árvore, além dos impactos ambientais ocorre o desastre econômico e social para a população local (VIANA 2004; JESUS, 2016).

A monocultura do eucalipto agrega dois fatores que prejudicam o bem viver das populações locais. O primeiro é a necessidade do cultivo em largas extensões de terra, (FONSECA; THOMAZ JÚNIOR, 2014), ou o adensamento de várias unidades da planta em uma pequena propriedade, objetivando garantir lucros altos.

O segundo fator é a baixa contratação de trabalhadores. A monocultura do eucalipto emprega mais trabalhadores no período do cultivo, pois devido a propriedade alelopática não há necessidade da limpeza do terreno e a sua colheita não demanda de um elevado número de trabalhadores (SILVA; SAMBAIO, 2014).

Contraditoriamente, tem-se como resultado a expropriação dos camponeses de suas terras para dar acesso ao avanço dessa monocultura e a elevação da taxa de desemprego nessas áreas, obrigando as famílias camponesas a procurarem outros territórios para se reproduzirem socialmente, enquanto há o fortalecimento do agronegócio.

No que se refere aos impactos do plantio de eucalipto, Aquino (2013), enfatiza que o principal problema dessa cultura está relacionado ao impacto hidrológico. Esse impacto se dá pelo fato dessa planta possuir raízes pequenas (até 2,5 m) o que implica na sucção de águas mais superficiais e que concorre com os cultivos no seu entorno (AQUINO, 2013).

O eucalipto provoca maior ressecamento do solo, em comparação a outras árvores de raízes grandes (aproximadamente 5,0 m) que buscam águas em partes mais profundas do solo. Somados a esse fator tem-se a formação do “deserto verde” que coloca em risco o equilíbrio faunístico e florístico da área, além da folhagem e a sombra sobre os outros cultivos prejudica o desenvolvimento (AQUINO, 2013).

Viana (2004) destaca que o cultivo de eucalipto agrava problema relacionado a concentração de terras, além de que, há o fato da atividade gerar baixíssimo índice de empregabilidade, provocar vazios demográficos, acompanhado de um maior empecilho à reforma agrária, pois a área fica impossibilitada para a produção de culturas alimentícias.

O eucalipto por causa dos efeitos alelopáticos, ou seja, ao exalar substâncias químicas, as mesmas causam sequelas nocivas a outras formas de vegetais que têm sua germinação e

desenvolvimento comprometido (VIANA, 2004; VITAL, 2007). No caso de Ladeirinhas, os efeitos do eucalipto estão impossibilitando o desenvolvimento da apicultura, pois as abelhas são afetadas pela monocultura.

A expansão da área de plantio do eucalipto reduz de maneira direta as áreas destinadas ao cultivo de gêneros agrícolas. Os agricultores sofrem os impactos do plantio do eucalipto mesmo não estando diretamente envolvidos no cultivo dessa planta, mas são atingidos pelos efeitos alelopáticos da mesma sobre o solo e a plantação camponesa.

A Produção de Eucalipto em Ladeirinhas: o risco à soberania alimentar

A comunidade de Ladeirinhas por estar circundada pelo perímetro irrigado do Platô de Neópolis tem vivido sob as deliberações e movimento gestado pelo setor empresarial agrícola, principalmente, no que se refere à demanda dos produtos e valores a eles agregados. Nos últimos anos sua dinâmica tem passado por transformações com o avanço e expansão do cultivo do eucalipto nos seus arredores e em algumas pequenas propriedades. Áreas estas onde se realizavam, até então, os cultivos como mandioca, coco, milho, feijão, utilizados para autoconsumo e para os circuitos curtos de comercialização.

Para além disto, ao cultivar esta árvore, os impactos ambientais ocasionados são agressivos ao modo de produção camponesa, pois além de ser financeiramente desvantajoso, o solo é degradado, não permitindo outros cultivos consociados, deturbando a identidade camponesa da policultura.

O potencial natural do Baixo São Francisco Sergipano inicialmente, com a implantação do projeto, não permitiu uma reprodução social satisfatória, pois o solo de Ladeirinhas não era ideal para o cultivo, tendo em vista que a área era anteriormente utilizada para pastagens e a plantação de algodão, o que ocasionou a degradação das terras, além do que esse solo é composto por uma variação entre o podzólico vermelho e o arenoquartzosos.

Além do contexto exposto, há que se destacar que o solo arenoso, pouco fértil e não acumula água que existente no município reduz o pleno desenvolvimento das atividades agrícolas na região. Essa realidade não é um empecilho aos camponeses que optou por cultivar diversos gêneros adaptados ao solo local, como é o caso do coqueiro, mandioca, árvores frutíferas, feijão, maracujá, além da criação de animais.

A policultura e o manejo do solo com a aplicação de adubos (esterco) durante as três décadas de Ladeirinhas resultaram na recuperação do solo e o melhoramento da produtividade dos cultivos. Ocorrendo também a redução da dependência de insumos agrícola industriais.

O eucalipto intensifica e fragiliza as condições de desenvolvimento das famílias camponesas as quais encontram na policultura a forma de se reproduzir na sua condição de camponês. Alguns camponeses têm colocado suas terras à venda, por falta de incentivo e acesso ao crédito governamental e por não terem condições de concorrer com o avanço da produção do eucalipto mantida com o incentivo e o financiamento estatal.

No processo histórico e paradoxo, a persistência camponesa na área se dá, principalmente, pela mandiocultura, produto que deu suporte e fonte de renda para as famílias que foram para a área, a partir da década de 1980, com a distribuição de terras dentro do Programa de Colonização do Estado de Sergipe.

Considerações Finais

A pesquisa reflete acerca de projetos políticos de sociedade que tendem a valorizar grandes empresas e seus interesses particulares em detrimento da população local e dos impactos socioambientais que tais políticas, projetos e empreendimentos geram de forma direta, para os camponeses desapropriados e oprimos e, de maneira indireta, para o conjunto da sociedade que paga para a realização de empreendimentos que trazem benefícios apenas para seus demandantes em detrimento da segurança e soberania alimentar e nutricional.

Para Ladeirinhas o cultivo do eucalipto atinge áreas circundantes à comunidade, bem como afeta as plantações dos camponeses dos camponeses, prejudicado pelo impactado na fertilidade do solo e pela escassez hídrica. Diante de tal cenário se coloca duas situações, a primeira se refere a alocação das terras dos camponeses para a produção do eucalipto que seduzidos pela expansão da planta e rentabilidade da planta e, em segundo lugar, tem-se que alguns camponeses, mantendo-se com a policultura, preveem um futuro incerto, tendendo a venda da terra.

Referências Bibliográficas

AQUINO, S. L. de. Sobre agricultores, cultivo de eucalipto e Estratégias Agroindustriais: resistir e adaptar-se ao sistema de produção integrada. (Tese de doutorado), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-

graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro-RJ, 2013. 336p.

CARDOSO, R. S. B.; PIRES, L. V. Algumas considerações sobre a monocultura do eucalipto e suas implicações. Universidade Federal de Viçosa: Conselho de Informação Sobre Biotecnologia – CBI. Guia do Eucalipto: oportunidade para um desenvolvimento sustentável. 2014.

CERQUEIRA NETO, S. P. G. de. Um recorte geográfico sobre as contradições do desenvolvimento do extremo sul da Bahia. II Conferencia de Desenvolvimento-CODE. Anais, Brasília DF, 2011.

FONSECA, S. R. da; THOMAZ Junior, A. A consolidação do complexo de celulose e papel na região leste de mato grosso do sul: estudo de caso do município de Selvíria. Três Lagoas/MS: Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, nº 19, Ano 11, 2014.

JESUS, E. A. de. Agrohidronegócio do eucalipto em Sergipe e rebatimentos socioambientais. Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe São Cristóvão, 2016. 193 f.

SILVA, J. de O. e SAMPAIO, A. V. O. A reestruturação produtiva do capital e os impactos sobre o espaço agrário brasileiro: a expansão da cultura de Eucalipto. In: Anais do VII CBG – ISBN: 978-85-98539-04-1. Vitória/ES, 2014.

VIANA, M. B. O Eucalipto e os Efeitos Ambientais do seu Plantio em Escala. Câmara dos Deputados, 2004. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1162/eucalipto_efeitos_boratto.pdf. Acesso: 10 marc. 2012.

VITAL, M. H. F. Impacto Ambiental de Florestas de Eucalipto. Rio de Janeiro: Revista do BNDES, V. 14, N. 28, 2007, P. 235-276.